

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

5025 – PEDAGOGO - TIPO B

FRASE: BOA EDUCAÇÃO É MOEDA DE OURO. EM TODA A PARTE TEM VALOR.

(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo 100 (cem) questões objetivas, o candidato receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- A prova objetiva terá duração de 4h (quatro horas).
- O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de 2 (duas) horas do horário de início das provas.
- O candidato, também, somente poderá se retirar da sala de aplicação de provas a partir dos 60 (sessenta) minutos do horário de início das provas.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização das provas;
- lançar meios ilícitos para a realização das provas;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas, fornecido pelo Idecan;
- portar arma, ainda que possua o respectivo porte;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital, no Caderno de Prova e na própria Folha de Respostas.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, devolver ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, ambos devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Provas, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para os itens 1 a 20

Maria Felipa liderou baianas na luta contra soldados portugueses

	<p>Não há festa de largo, roda de capoeira e roda de samba na Bahia sem um canto que faça saudações às mulheres que tiveram participações decisivas nas lutas pela independência do Brasil na Bahia.</p>
5	<p>Em "Marias Capoeiras", um dos sambas que homenageiam Maria Felipa de Oliveira, Sara Abreu canta: "Solta a mandiga aê, angoleira/ solta a mandiga á, angolá/ na roda da capoeira/ volta e meia vamos dar/ negras, índias e caboclas/ anciãs e feiticeiras/ guerreiras e capoeiras [...] e a Maria Felipa/ da Ilha de Itaparica/ pela Bahia lutou".</p>
	<p>Até chegar a esse lugar privilegiado da cultura do povo, Maria Felipa construiu uma das mais belas trajetórias entre as mulheres guerreiras da história do Brasil.</p>
10	<p>Segundo Oliveira Lima (1922), a Divisão Auxiliadora se posicionou no Rio de Janeiro no início de 1822 com 2.000 portugueses para obrigar dom Pedro 1º a retornar a Portugal, conforme determinações das Cortes de Lisboa.</p>
	<p>O insucesso da operação fez com que Portugal concentrasse seus esforços na província da Bahia para tentar dividir o território do Brasil em duas partes – ocuparia Salvador para, dali, reocupar o Rio.</p>
15	<p>Para tanto, os portugueses derrotados da Divisão Auxiliadora foram enviados à Bahia para se somar aos quase 2.500 soldados mandados por Portugal. Para vencer a guerra em Salvador, as tropas portuguesas deveriam dominar dois lugares estratégicos da província: a ilha de Itaparica e o rio Paraguaçu.</p>
	<p>Maria Felipa foi fundamental para impedir os planos das tropas portuguesas. Mulher negra, livre, marisqueira, capoeirista, moradora de Itaparica e conhecedora do rio Paraguaçu, principal via de comunicação entre Salvador e o Recôncavo Baiano, ela rapidamente se engajou nas lutas como voluntária.</p>
20	<p>Começou remando durante a madrugada no Paraguaçu para levar mantimentos e informações sobre a guerra obtidas nas rodas de capoeira para a resistência baiana que estava em Cachoeira. Voltava com munições para impedir que os portugueses tivessem acesso ao rio e cercassem o comando das tropas baianas.</p>
	<p>Sem acesso ao rio, os portugueses decidiram invadir Itaparica para fechar o acesso à Baía de Todos os Santos e conquistar Salvador. Dominar a ilha era fundamental para que os portugueses obtivessem alimentos, pois as tropas baianas tinham feito uma barreira em Pirajá, única via de acesso ao Recôncavo por terra.</p>
25	<p>Diante do perigo, Maria Felipa não teve dúvida: organizou um Exército de mulheres insulanas, conhecidas como "vedetas", para vigiar a movimentação das embarcações portuguesas nas praias.</p>
	<p>Quando os portugueses desembarcaram na ilha, elas formaram um cerco e lutaram com facas e folhas de cansaço, uma folha urticante que causa queimaduras na pele.</p>
30	<p>Surrados pelas vedetas, os portugueses correram de volta para suas embarcações com a intenção de ganhar tempo para um contra-ataque. Para garantir que eles não voltassem a pisar na ilha, o grupo liderado por Maria Felipa entrou no mar e ateou fogo nas embarcações, destruindo duas delas e obrigando os portugueses a recuar.</p>
	<p>Com seu conhecimento de estratégia militar, ela fez mais: garantiu a vitória das tropas baianas. Quando ela e as vedetas bloquearam o acesso ao rio Paraguaçu e protegeram Itaparica, os portugueses foram derrotados e ficaram sitiados em Salvador sem alimentos até serem expulsos em 2 de julho de 1823.</p>
35	<p>A vitória baiana representou um momento de inflexão das lutas pela independência do Brasil a partir do qual a ruptura definitiva com Portugal era questão de tempo.</p>
	<p>Nesse momento, ocorreu a adesão do setor dominante da província ao projeto de uma monarquia constitucional centralizadora de dom Pedro 1º, fortalecendo a abertura da Constituinte, em 3 de maio de 1823. Havia a promessa de que a centralização não comprometeria a autonomia política local e a preservação dos interesses há muito conquistados, como a manutenção do escravismo.</p>
40	<p>O início dos trabalhos constituintes, no entanto, não significou o fim das lutas sangrentas, que aconteceram nas chamadas províncias do norte e do nordeste até 1825.</p>
	<p>As lutas pela independência contaram com a adesão dos setores populares dessas províncias – indígenas, homens e mulheres escravizados e livres. Eles viram nesses conflitos a possibilidade de construção de um Estado com viés republicano e conquistas de liberdade, participação política e melhores condições de vida.</p>
45	<p>Sentindo-se traídos pela monarquia, esses grupos continuaram lutando por direitos como na Revolta dos Periquitos, na Bahia, e na Confederação do Equador, ambas violentamente reprimidas pelas tropas de dom Pedro 1º, em 1824.</p>
	<p>Abundam nos arquivos brasileiros relatos sobre o perigo da luta política por direitos das populações negras escravizadas e livres, cobrando ações para contê-las e fazê-las retornar ao trabalho.</p>
50	<p>Por isso, não bastou punir as lideranças dos movimentos que questionavam o projeto monarquista. Foi preciso apagar da história o rastro da experiência da luta de um contingente enorme por cidadania.</p>
	<p>Isso explica em parte a ausência de relatos nas obras históricas durante o século 19 e boa parte do século 20 sobre a arguta estratégia de Maria Felipa, mulher negra e livre, e seu papel na derrota das tropas portuguesas na Bahia, bem como o papel central da província para a consolidação da independência do Brasil, após 1823.</p>

55	<p>Outra explicação para o apagamento é que, segundo os contemporâneos, ela continuou desafiando moral e politicamente os padrões da época ao liderar a luta por direitos da população insulana até a sua morte, em 1873.</p> <p>Em 1921, o literato e deputado federal Xavier Marques publicou o romance "O Sargento Pedro". Nele, em meio às lutas pela Independência em Itaparica, uma "mulher agigantada, com a camisa descahida, as costas lavadas de suor, os cabelos revoltos, [que] agitava-se à frente da turba, com [um] homem preso pela gola da vestia, e sempre a gritar: – Canta! Senão te mato... Canta... 'Havemos de comer/Marotos com pão".</p>
60	<p>Sua coragem e liderança começaram a ser valorizadas duas décadas depois, em 1942, nas obras de Ubaldo Osório Pimentel (1883-1974), nascido e criado em Itaparica, pai de uma menina de nome Maria Felipa e avô materno de João Ubaldo Ribeiro (1941-2014).</p> <p>Em "A Ilha de Itaparica" e "A Ilha de Itaparica, História e Tradição", o autor descreve Maria Felipa como uma "creoula estabanada, alta e corpulenta que usava torço e saia rodada [...] gozava de uma grande popularidade entre os praieiros que admiravam o desassombro e a [sua] coragem".</p>
65	<p>João Ubaldo Ribeiro inverteu as características que criminalizaram Maria Felipa no início do século 20 para avançar no caminho aberto nas obras do seu avô e retratá-la, em 1986, como Maria da Fé, a protagonista do livro "Viva o Povo Brasileiro", pulsante, cheia de energia para as lutas travadas desde a infância.</p> <p>Eny Kleyde Vasconcelos de Farias, em "Maria Felipa de Oliveira, Heroína da Independência da Bahia" (2010), retomou as trilhas abertas por Edith Mendes Gama e Abreu, que, em 1973, havia escrito sobre Maria Felipa em "Aspectos do 2 de Julho", destacando sua extraordinária coragem na batalha do rio Paraguaçu.</p>
70	<p>A inclusão da imagem de Maria Felipa em 2008 no cortejo do Dois de Julho, junto a outros heróis da Independência, aumentou a visibilidade da sua trajetória. Foi considerada matriarca da Independência de Itaparica, título que a colocou no panteão das heroínas brasileiras.</p> <p>Em 2005, a professora Filomena Oge a desenhou, com base na tradição oral, nos documentos utilizados nas obras de Ubaldo Osório e nos traços de pessoas que se afirmam como descendentes. Para a professora, Maria Felipa provavelmente era filha de sudaneses, descritos como "altos, bem formados [...] robustos física e intelectualmente".</p>
75	<p>O resgate da história dela nas lutas pela independência do Brasil na Bahia e a construção dessa memória pela população nos levam a mobilizar discussões em torno de uma questão: qual independência estamos comemorando neste bicentenário?</p> <p>A independência como uma repressão bem-sucedida de dom Pedro 1º e das elites locais, que se alinham ao projeto de uma monarquia centralizadora ao preço da manutenção do escravismo como política do Estado que surgia e da brutal violência contra homens e mulheres que continuaram nas ruas, lutando por direitos?</p>
80	<p>Ou a independência como uma revolução abortada nas várias guerras com participação de um contingente enorme de indígenas, homens e mulheres, como Maria Felipa, que abandonaram a própria vida pela expectativa de um país com mais oportunidades?</p> <p>Recordar a luta de mulheres como Maria Felipa significa convocar a força que as fez protagonistas de suas vidas para nos livrar da tirania em momentos cruciais da nossa história. Não será diferente em 2022, sabemos.</p>
85	

(Patrícia Valim. Professora do Departamento de história da UFBA (Universidade Federal da Bahia) em cooperação técnica com a Ufop (Universidade Federal de Ouro Preto). Marianna Teixeira Farias. Bacharel em história pela UFBA (Universidade Federal da Bahia) e mestranda em história social. Ilustríssima. Folha de S.Paulo, 5.set.2022)

Em relação às ideias, sentidos e análise do texto, julgue os itens a seguir:

1. A figura de Maria Felipa ressurgue numa releitura histórico-literária praticamente um século depois do processo histórico da Independência.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

2. A ausência de Maria Felipa nas obras historiográficas se dá por uma atitude repressora contra movimentos que pudessem evocar a cidadania e os direitos das populações negras, tanto escravizadas quanto livres.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

3. O enredo da obra citada de João Ubaldo Ribeiro se constrói como continuidade das narrativas do seu avô.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

4. Oficialmente Maria Felipa foi alçada a heroína somente no século XX.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

5. O texto se classifica principalmente como descritivo-narrativo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

6. Pela palavra “inflexão” (linha 34) entende-se a ideia de “recrudescimento”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

7. O penúltimo e o antepenúltimo parágrafos do texto se constroem numa relação antitética.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

Com relação aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir:

8. Em “nos traços de pessoas **que** se afirmam como descendentes” (linha 76), o QUE se classifica como pronome relativo e exerce função sintática de sujeito.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

9. O termo “Paraguaçu” (linha 32) desempenha função sintática idêntica à de “Xavier Marques” (linha 56).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

10. O contrário de “bem-sucedida” (linha 81) é “mal-sucedida”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

11. Em “Até chegar a esse lugar privilegiado da cultura do povo, Maria Felipa construiu uma das mais belas trajetórias entre as mulheres guerreiras da história do Brasil” (linhas 6 e 7), há seis artigos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

12. Na linha 54, “moral” desempenha papel adjetivo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

13. Na linha 20, “das tropas baianas” desempenha função sintática de adjunto adnominal.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

14. No período “Sem acesso ao rio, os portugueses decidiram invadir Itaparica para fechar o acesso à Baía de Todos os Santos e conquistar Salvador. Dominar a ilha era fundamental para que os portugueses obtivessem alimentos, pois as tropas baianas tinham feito uma barreira em Pirajá, única via de acesso ao Recôncavo por terra” (linhas 21 a 23), há duas locuções verbais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

15. O demonstrativo (n)**este** (linha 79) desempenha papel dêitico.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

16. Em “Independência” (linha 73), há dez fonemas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

17. No período “João Ubaldo Ribeiro inverteu as características que criminalizaram Maria Felipa no início do século 20 para avançar no caminho aberto nas obras do seu avô e retratá-la, em 1986, como Maria da Fé, a protagonista do livro ‘Viva o Povo Brasileiro’, pulsante, cheia de energia para as lutas travadas desde a infância” (linhas 66 a 68), há duas orações subordinadas adverbiais e uma coordenada sindética.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

18. Em “...as tropas portuguesas deveriam dominar dois lugares estratégicos da província: a ilha de Itaparica e o rio Paraguaçu” (linhas 13 e 14), o sinal de dois-pontos introduz uma explicação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

19. Em “monarquia constitucional” (linha 36), ambas as palavras são formadas por derivação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

20. Na linha 6, também seria adequado à norma culta escrever “chegar nesse lugar”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. Nos termos impostos pela lei 8.429/92, se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano não deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos, até porque, em que pese se tratar da mesma situação, as esferas mencionadas são independentes entre si.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

22. A lei que Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa é clara ao definir que o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

23. Em análise ao teor da Lei Federal nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005, a qual dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, é possível verificar que o art. 9º é didático ao definir que O ingresso nos cargos do Plano de Carreira far-se-á no padrão inicial do 1º (primeiro) nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante seleção individualizada da Chefia Imediata, levando em conta unicamente os títulos e experiência de cada candidato.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

24. A lei Federal nº 13.709/2018, ao tratar do tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes define que este deve ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, ou seja, dispensa-se o consentimento de ambos os pais.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

25. O Estatuto da Universidade Federal da Bahia – UFBA define em seu art. 10º o que constitui patrimônio da Universidade, listando em seus três incisos: I - bens e direitos adquiridos ou que venha a adquirir; II - doações, legados e heranças regularmente aceitos, com ou sem encargo; III - saldos dos exercícios financeiros transferidos para a conta patrimonial, vedando, como medida de preservação da moralidade administrativa, a alienação ou permuta de bens, mesmo que a medida tenha por objetivo à valorização do seu patrimônio.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

26. A estrutura da Universidade Federal da Bahia – UFBA é composta por Órgãos Superiores de Deliberação, de Administração Central, de Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão, de Controle e de Fiscalização e Supervisão. Tomando por base tal premissa, é possível afirmar que São Órgãos Superiores de Deliberação da UFBA: o Conselho Universitário; Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão; Conselhos Acadêmicos e a Assembleia Universitária.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

27. Ao tratarmos dos Processos Administrativos, regulados pela Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, temos que o órgão competente perante o qual tramita o processo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências, respeitando, em qualquer caso, a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento. Caso ocorra o desatendimento da intimação, tal conduta importará no reconhecimento da verdade dos fatos e renúncia ao direito pelo administrado, conforme previsão expressa do art. 27 do mencionado códex, assemelhando-se, desta forma, ao instituto da revelia.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

28. A Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, denominada como lei de licitações, define as regras que devem ser observadas para as aquisições promovidas por órgãos públicos, definindo, como modalidades de licitação, o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e o dialogo competitivo. No que tange a modalidade concorrência, não se exigirá registro cadastral prévio e não terá fase de habilitação, devendo ser homologado assim que concluída a fase de lances na forma definida no edital.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

29. Quanto ao acesso a informação, podemos afirmar que a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal, em se tratando de informações definidas como “ultrassecetas”, é de competência exclusiva do Presidente da República e, em sua falta, do Vice-Presidente da República.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

30. A Constituição Federal, no caput de seu art. 37, define que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem seguir uma série de princípios, dentre eles o da, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e legalidade.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

31. À luz da Constituição Federal, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira, com exceção dos que cumpram os requisitos para convocação especial.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

32. O art. 37, XVI da Constituição Federal trata da vedação da acumulação de cargos públicos, porém, há ressalvas, como no caso do cargo de professor. Pautado em tal ressalva, Pedro Tenório, professor da prestigiada “Universidade Federal A” assumiu cargo, também de professor nas universidades “B” e “C”. A situação apresentada não fere o mandamento constitucional caso haja compatibilidade de horário na prestação do serviço.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

33. Paulo Kazin é servidor público federal, acumulando mais de 20 anos de serviço no mesmo órgão. No intuito de “mudar de ares”, juntou-se com mais 3 amigos e montou uma sociedade privada, na qual assumiu a administração. Paulo foi imediatamente alertado por um colega de trabalho de que tal conduta seria vedada pela lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Paulo prontamente se defendeu, afirmando que não há óbice em assumir a administração de sociedade privada, desde que haja compatibilidade de horário. A resposta de Paulo Kazin está correta, porque vai ao encontro da normativa que rege a matéria, não havendo prejuízos ao serviço público decorrentes da atividade exercida.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

34. Agnaldo Beluga é servidor público federal e, conhecedor de seus limites, direitos e proibições, nunca atuou como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, porém, sua irmã Suzane Beluga, devido a graves problemas de saúde, precisa buscar auxílio previdenciário. Agnaldo, como sempre prestativo, opta por atuar como procurador de sua irmã, afirmando que a proibição constante em lei não afeta a atuação como procurador quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro. O entendimento explanado por Agnaldo é correto, sendo esta uma exceção a proibição do art. 117, XI da Lei 8.112/90.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

35. O Diretor de determinado departamento de órgão da administração pública federal determina a um motorista, também servidor público concursado, que o leve ao aeroporto, para uma viagem de férias e o busque 15 dias depois no mesmo local. A ação praticada pode ser considerada como a de desviar servidor público para atendimento a interesse particular, clara infração ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

36. O decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal prevê expressamente que toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

37. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito, dentre outras cominações possíveis, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

38. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, observando a sua disponibilidade, autenticidade e integridade, vedada a imposição de restrição de acesso em qualquer caso.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

39. A Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, em seu art. 75, dispõe sobre as hipóteses em que é dispensável a licitação. Determinado órgão público, necessitando promover serviços de manutenção de veículos automotores de sua frota, apura que tais serviços terão o custo de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais). José dos Santos, servidor responsável por dar seguimento a pretendida contratação, aponta que não há óbice em prosseguir com a pretensão por meio de processo de dispensa de licitação. A afirmação de José dos Santos vai ao encontro da normativa vigente, até porque, a lei é clara ao definir que é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no caso de manutenção de veículos automotores.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

40. Com base nas informações contidas na Lei de Acesso à Informação (12.527/11), quanto a atribuição de responsabilidade, podemos afirmar categoricamente que constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar, o ato de recusar a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

41. O Microsoft Excel é o editor de planilhas mais utilizado no mundo. Considere uma planilha Excel com a célula A1 com valor numérico 5, a célula B1 também com valor numérico 5 e a célula C1 com conteúdo “=SE(B1>A1;0;1)”. O valor da célula C1 será o número 1.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

42. O correio eletrônico é uma das ferramentas mais antigas da Internet. Julgue a seguinte afirmação: a implementação tradicional do correio eletrônico segue o modo síncrono com base no funcionamento de redes P2P (Peer to Peer).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

43. Um administrador de redes deseja proteger todos os computadores de uma rede bloqueando acesso a vários sites que ele considera que devem ser proibidos. O administrador de redes fica na dúvida em usar um antivírus, um firewall de rede ou um antispysware. O melhor aplicativo de segurança que deve ser utilizado pelo administrador de redes é um antivírus.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

44. O sistema operacional Windows é o mais utilizado no mundo. Considere o Windows 10 em português e sem alterações para julgar a seguinte afirmação: um arquivo apagado por meio da confirmação em caixa de diálogo das teclas Shift + Del não poderá ser recuperado com as ferramentas do Windows, mas poderá ser recuperado usando ferramentas de outros fabricantes.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

45. Os computadores usam placas de rede para ter acesso à Internet. Existem placas de rede de conexões Wi-fi, cabeadas, Bluetooth, etc. Um exemplo correto de endereço físico de placa de rede Bluetooth é o 192.168.0.1.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

46. Os navegadores de Internet foram inicialmente codificados para abrir sites da internet que usam protocolos como http e https. Considere que um usuário usa o navegador Google Chrome na versão 90 ou superior. Esse usuário poderá abrir e visualizar uma foto digital em formato PNG no navegador.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

47. Existem diversos sites de busca e pesquisa na Internet que rastreiam os dados inseridos pelo usuário. Julgue a seguinte afirmação: o buscador DuckDuckGo não armazena histórico de busca e não atrela uma consulta realizada ao seu endereço IP mesmo utilizando um navegador que não está no modo anônimo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

48. Uma empresa leva muito a sério o backup de dados por conta dos últimos acontecimentos de Ransomware. A empresa decide realizar o backup de todos os dados uma vez por dia de segunda-feira a sexta-feira em unidades de armazenamento diferentes. A empresa realiza o backup conhecido como diferencial.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

49. Uma empresa teve os cabos de fibra óptica cortados por criminosos que confundiram esses cabos por cabos de cobre. O resultado imediato desse incidente resultou na queda de Internet na sede da empresa. A empresa teve o princípio de confidencialidade violado.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

50. Um funcionário de uma empresa liga o computador no início do expediente e verifica que surge uma mensagem que solicita um pagamento em Bitcoins ao tentar abrir os arquivos do computador, impossibilitando a leitura e edição desses arquivos. Julgue a seguinte afirmação: o malware que infectou o computador é um ransomware.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A orientação para as Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para os Cursos Superiores define os princípios, os fundamentos, as condições, os procedimentos e as finalidades estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), destinadas ao processo de articulação, ordenamento e deliberação de Diretrizes Curriculares Nacionais. Quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores, analise as questões de 51 a 53.

51. As Diretrizes Curriculares Nacionais devem estimular os cursos e as Instituições de Ensino Superior (IES), para que, a partir da análise do perfil dos seus ingressantes, adotem sistemas de acolhimento e nivelamento visando diminuir a retenção e a evasão escolar ao longo do curso.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

52. O perfil dos egressos dos cursos superiores deve integrar as Diretrizes Curriculares Nacionais e, de acordo com esta Orientação, englobar, entre outras, as seguintes características: o desenvolvimento da atitude crítica, da capacidade reflexiva, da criatividade e do senso ético; a adoção de uma perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar em sua prática; a atuação isenta de qualquer tipo de discriminação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

53. A Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para os Cursos Superiores define especificamente os princípios e os fundamentos estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), destinadas ao processo de articulação, ordenamento e deliberação de Diretrizes Curriculares Nacionais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

A Secretaria de Educação Superior ligada ao Ministério da Educação, é responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior. A política de inclusão social na educação superior, é uma entre várias outras ações neste sentido. Com base nas políticas públicas para Educação Superior, analise as questões da 54 a 56

54. O Programa de Educação Tutorial - PET concede bolsas de apoio acadêmico aos alunos regularmente matriculados somente nos cursos de Pedagogia, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

55. O ProUni - Programa Universidade para Todos foi criado pelo Governo Federal em 2004 e O institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

56. O FIES é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. A reversão do financiamento é efetuada pelo estudante após a conclusão do curso, em prazo proporcional ao tempo de utilização do contrato.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

A história da Universidade Federal da Bahia confunde-se com a trajetória do ensino superior e da pesquisa científica na Bahia há mais de 70 anos. A UFBA foi a única Instituição universitária federal no Estado da Bahia, até meados da primeira década dos anos 2000. Analise as questões de 57 a 60 no que se refere ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFBA 2018-2022.

57. Considerando a questão das ações afirmativas no contexto brasileiro, é correto afirmar que as ações afirmativas no Brasil têm como ponto de partida o conceito de equidade expresso na constituição, que é tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos aqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido a uma discriminação e racismo. Uma ação afirmativa não deve ser vista como um benefício, ou algo injusto. Pelo contrário, a ação afirmativa só se faz necessária quando percebemos um histórico de injustiças e direitos que não foram assegurados.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

58. A Missão da Universidade Federal da Bahia é, considerando o seu caráter público e a sua grande diversidade interna, de produzir e disseminar ciência, tecnologia, arte e cultura, base para a formação sólida de profissionais, docentes e pesquisadores que atuem dentro de elevados padrões de desempenho técnico e ético e sejam cidadãos comprometidos com a democracia e a promoção da justiça social.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

59. Alguns dos objetivos estratégicos do PDI/UFBA 2018-2022 são: Manter as oportunidades e a qualidade da formação oferecida aos alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Com isso, atender a demanda social por profissionais, mestres e doutores competentes para atuarem, considerando as contínuas transformações do mundo contemporâneo; Investigar os impactos sociais das atividades de Ensino e Pesquisa através de experiências extensionistas, modo privilegiado de cumprimento da dimensão pública da Universidade e da formação universitária socialmente referenciada.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

60. Entre as metas globais do PDI/UFBA 2018-2022, estão: Implantar dispositivos institucionais que assegurem a consolidação e a qualificação das atividades de Extensão; Posicionar a UFBA entre as dez mais internacionalizadas universidades públicas federais, marca a ser avaliada a partir de um indicador global construído pela UFBA e calculado com bases nos indicadores de produção bibliográfica, mobilidade estudantil e acordos de colaboração.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, foi um marco para a legislação educacional brasileira e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Analise as questões de 61 a 66, segundo o que estabelece a LDB.

61. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

62. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I. educação básica obrigatória e gratuita dos 6 (seis) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) ensino fundamental; b) ensino médio.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

63. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

64. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

65. Entende-se por educação bilíngue de surdos, a modalidade de educação escolar oferecida em português escrito, como primeira língua, e, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

66. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

No que se refere ao Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Projeto Pedagógico de Curso - PPC, analise as questões 67 e 68.

67. O Projeto Pedagógico do Curso - PPC é o documento que norteia as ações educativas do curso e explicita os fundamentos políticos, filosóficos, teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização, bem como as formas de implementação e avaliação do curso. Deve ser elaborada pela unidade acadêmica responsável pelo curso, com a participação de outras unidades envolvidas, caso necessário. O PPC deve conter alguns elementos fundamentais, entre eles: Histórico da instituição e do curso; a contextualização nacional, regional e local; justificativa; objetivos; identificação do curso; formas de ingresso; perfil do profissional egresso; estrutura curricular; metodologias de ensino e aprendizagem.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

68. O Projeto Pedagógico Institucional – PPI é um documento institucional das Instituições de ensino. É considerado um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que define diretrizes para as práticas acadêmicas e administrativas das Instituições, considerando sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos. O PPI de uma IES deve estar em consonância com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

Libâneo (2013, p. 126), fala que “A seriedade profissional do professor se manifesta quando compreende o seu papel de instrumentalizar os alunos para a conquista dos conhecimentos e sua aplicação na vida prática; incute-lhes a importância do estudo na superação das suas condições de vida; mostra-lhes a importância do conhecimento das lutas dos trabalhadores; orienta-os positivamente para as tarefas da vida adulta”. Analise as questões 69 e 70 no que se refere à didática e as tecnologias.

69. As tecnologias podem ser utilizadas pelos professores e podem se tornar um excelente recurso didático, auxiliando no processo de ensino e aprendizagem, pois assumem uma posição de suporte para auxiliar na comunicação entre estudantes e professores.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

70. O uso das tecnologias deve se tornar a ferramenta principal do professor para facilitar a relação ensino e aprendizagem, superando totalmente a didática da Pedagogia tradicional, devendo o professor ter uma formação específica em TICs para pensar o seu uso como facilitador das atividades dinâmicas em sala de aula.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 diz que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (grifo nosso). Analise as questões 71 e 72.

71. A Extensão que compõe o tripé universitário, corresponde as ações ocorridas junto à sociedade, que podem ocorrer também através de parcerias institucionais. Neste tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão, esta última é inferior hierarquicamente as duas anteriores.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

72. O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão pode ser compreendido a partir da necessidade do diálogo com as demandas sociais e uma Universidade socialmente responsável, que proponha uma formação e produção de conhecimento relacionadas com as necessidades sociais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

Quanto a Educação à Distância, analise as questões 73 e 74.

73. As instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência e de relevante produção em pesquisa, poderão solicitar credenciamento institucional, para a oferta de cursos ou programas a distância de:

- I. especialização;
- II. mestrado;
- III. doutorado;
- IV. educação profissional tecnológica de pós-graduação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

74. A Educação a distância é uma modalidade educacional onde alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, utilizam meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

A Resolução CNE/CP Nº 1, DE 2019, altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. A questão 75 está baseada neste dispositivo legal.

75. Segundo a Resolução CNE/CP nº 1/2019, que altera um único dispositivo da Resolução CNE/CP nº 2 de 2015, os cursos de formação de professores, que se encontram em funcionamento, deverão se adaptar a esta Resolução no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da publicação da Base Nacional Comum Curricular, instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 22 de dezembro de 2017.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

Luckesi (2005, p. 33), explica que, “na avaliação nós não precisamos julgar, necessitamos isto sim, de diagnosticar, tendo em vista encontrar soluções mais adequadas e mais satisfatórias para os impasses e dificuldades. Para isso, não é necessário nem ameaça, nem castigo, mas sim acolhimento e confrontação amorosa”. Assim, analise as questões de 76 a 78.

76. Os critérios de avaliação devem ser definidos pelo professor, sendo uma prerrogativa dele e, portanto, não necessita ser compartilhada com os estudantes. Esse reconhecimento do professor como detentor do processo avaliativo, é um modelo seguido no século XXI.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

77. O autor complementa que, a prática da avaliação exige dos educadores o vínculo com a profissão, a formação adequada e consistente, o compromisso permanente com a educação, a atenção plena e cuidadosa com todas as nossas intervenções e a flexibilidade no relacionamento com os educandos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

78. A prova, como avaliação da aprendizagem é um exame qualitativo e minucioso que considera o processo até o resultado final, sendo considerado os aspectos técnicos e psicológicos da avaliação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

Analise as questões 79 a 82, baseadas nas teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel.

79. A teoria de Piaget parte da proposição de situações problemas. Desta forma, ele estudou a evolução do pensamento e da moralidade, observando o modo como crianças e adolescentes, em diferentes idades, se relacionavam com as pessoas adultas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

80. Wallon não acreditava que o ser humano era um ser organicamente social, onde cada sujeito humano constitui sua identidade e seu conhecimento nos relacionamentos sociais. No desenvolvimento da criança,

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

81. As teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon têm colaborado na compreensão de que a condição humana não é inata, tampouco fruto das experiências sociais, mas o resultado da interação de fatores endógenos e exógenos. Nesse sentido, a condição de humano é assumida mediante, um processo contínuo, complexo e integrado.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

82. A teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, é uma teoria cognitivista que procura explicar os mecanismos internos que ocorrem na mente humana com relação ao aprendizado e à estruturação do conhecimento.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

83. O desenvolvimento psicológico do ser humano contempla, entre outras coisas, três aspectos: **Os aspectos cognitivos** que são os avanços no pensamento lógico e criativo, no juízo na moral, na memória, na leitura e na escrita; **os aspectos afetivos** que são as formas como cada um integra as suas experiências, é o sentir; e **os aspectos sociais** voltados aos modos e formas de conviver em sociedade.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

A Resolução CNE/CP nº 2/ 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); e a Resolução CNE/CP Nº 1/2020, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Ambas resoluções consideram a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC-Educação Básica) de 2017. Considerando a formação inicial e continuada de professores, analise as questões de 84 a 87.

84. As competências profissionais indicadas na BNCC-Formação Continuada, considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica: conhecimento profissional; prática profissional; e engajamento profissional.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

85. A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

86. A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente secundário da sua profissionalização, pois não são agentes formativos de conhecimentos e culturas, nem orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

87. A formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos: a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

A categoria de professor pesquisador é uma necessidade da articulação entre ensino e pesquisa, assim analise as questões 88 e 89

88. Paulo Freire diz que não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino. Com essa máxima, o autor esclarece que para o processo de ensino, a pesquisa é um elemento fundamental, porém, ao contrário, no caso da pesquisa, não há necessidade de se ensinar o que se pesquisa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

89. No que se refere a formação do professor pesquisador, Pimenta (2005, p. 17), diz que “Inúmeros autores que pesquisam a formação de professores colocam como fundamento da atividade docente a articulação entre teorias e práticas [...] A epistemologia da prática coloca em pauta a identidade do professor como pesquisador”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

Considerando a legislação que trata sobre Educação Inclusiva (Lei 10.048/2000; Lei 10.098/2000; Decreto 5.296/2004) e suas respectivas atualizações, verifique as questões de 90 a 93.

90. A Lei 10.098/2000 e suas alterações esclarecem que pessoa com mobilidade reduzida são aquelas que tenham, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

91. Segundo a Lei 10.048/2000, apenas as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e as gestantes terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

92. A definição de pessoa com deficiência, de acordo com a Lei 10.098/2000 é: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

93. O Decreto 5.296/2004, diz que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

A coordenação pedagógica tem um papel importante na organização da escola. Analise as questões 94 e 95

94. Os autores Almeida; Placco; Souza (2011) trazem algumas funções da coordenação pedagógica que são: articular o coletivo da escola, considerando as especificidades e as possibilidades reais de desenvolvimento de seus processos; formar os professores, no aprofundamento em sua área específica e em conhecimentos da área pedagógica, de modo que realize sua prática em consonância com os objetivos da escola e esses conhecimentos; transformar a realidade, por meio de um processo reflexivo que questione as ações e suas possibilidades de mudança, e do papel/compromisso de cada profissional com a melhoria da Educação escolar.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

95. Franco (2008), esclarece que a tarefa de coordenar o pedagógico não é uma tarefa fácil. É muito complexa porque envolve clareza de posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica, esta é uma ação política, ética e comprometida, que somente pode frutificar em um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

96. Segundo a Resolução 01/2006, o curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 2.800 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas: 2.500 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos; 200 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição; 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

A Pedagogia e intervenção social vem evoluindo ao longo do tempo na perspectiva transformadora. Analise as questões 97 e 98.

97. O ator social é um indivíduo que essencialmente elabora reflexividades resultantes da sociabilidade propiciada por sua atuação. Em diferentes níveis de direções, há uma contínua circulação de sentidos entre o processo de individualização, a medição dos papéis sociais e o fenômeno da sociabilidade, esse movimento passa por várias concepções e sensibilidades que impulsionam essa dinâmica (FERREIRA, 2009, p. 39).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

98. A pedagogia e intervenção social ou pedagogia social, encoraja os grupos marginalizados e as comunidades marginalizadas a construir alianças políticas umas com as outras e, dessa forma, erradicar a homogeneidade cultural, interpretando e reconstruindo sua própria história. Como parte de um esforço planejado de luta anticapitalista, a pedagogia social procura estabelecer a igualdade social e econômica em contraste com a ideologia conservadora e liberal de oportunidade igual, que mascara a distribuição desigual existente de poder e de riqueza (MCLAREN, 2002, p.106).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

99. Todas as manifestações de violência na escola, afeta o seu cotidiano, prejudicando crianças, adolescentes e equipe escolar, além de dificultar o desempenho da função social fundamental de uma instituição de ensino, que é preparar os indivíduos para participar de forma autônoma da produção social da existência e das relações intersubjetivas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

100. Quanto a educação e relações de gênero, podemos dizer que as práticas discriminatórias que ocorrem não são eventos excepcionais na sociedade, ao contrário, ocorrem de modo cotidiano. Daí a importância do trabalho de combate à discriminação de gênero. A escola deve ser um espaço onde a superação dos preconceitos e discriminação de gênero sejam uma realidade.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO